

PAUL FRESTON

RELIGIÃO E POLÍTICA, SIM
IGREJA E ESTADO, NÃO

OS EVANGÉLICOS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



Editora Ultimato
Viçosa, MG

RELIGIÃO E POLÍTICA, SIM; IGREJA E ESTADO, NÃO
Categoria: Ética/Liderança/Vida Cristã

Copyright © 2006, Paul Freston
Todos os direitos reservados

Primeira edição: Julho de 2006
Coodenação editorial: Bernadete Ribeiro
Revisão: Daniela Cabral
Délنيا M. C. Bastos
Capa: Panorâmica Com&Mkt

Ficha Catalográfica Preparada pela Seção de Catalogação
e Classificação da Biblioteca Central da UFV

Freston, Paul, 1952-

F887r
2006 Religião e política, sim; Igreja e Estado, não : os
evangélicos e a participação política / Paul Freston.
– Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
200p.

ISBN 85-86539-94-5

1. Religião e política – Brasil. 2. Protestantes -
Brasil - Atividades políticas. I. Título.

CDD. 22.ed. 261.70981

PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO
E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

EDITORA ULTIMATO LTDA
Caixa Postal 43
36570-000 Viçosa, MG
Telefone: 31 3891-3149 — Fax: 31 3891-1557
E-mail: ultimato@ultimato.com.br
www.ultimato.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	
Religião e política se misturam; Igreja e Estado, não	9
A RELIGIÃO	
1. Como não transformar o município de Santa Evangélica do Norte numa Zâmbia	15
2. A conjuntura eclesial e a política evangélica	25
3. A igreja evangélica e o desafio ético do sucesso	33
4. Não temos santos, mas criamos ídolos	51
A POLÍTICA	
5. O mandato político de todos nós	61
6. Agentes de reconstrução e a piedade mundana	69
7. Romanos 13: quando a “situação” não é mais a mesma	77
8. Reforma da Igreja e presença política: irmãs gêmeas	85
AS ELEIÇÕES	
9. Evangélicos colocam Collor no Planalto — 1989	95
10. Os evangélicos, a mídia e o pluralismo político — 1994	103
11. A nova bancada dos evangélicos — 1998	109
12. A “esquerdização” e as tendências da política evangélica — 2002	115

A ÉTICA

13. A campanha eleitoral: raiz de todos os males	131
14. As mentiras que os evangélicos contam	139
15. A esperança cristã e o desespero da América Latina	145
16. A esperança cristã e as falsas esperanças	149
17. De homens novos e países sérios	155

O ESTADO

18. A crise da esquerda e a reação dos evangélicos	163
19. Frustração, utopia e discernimento — a ética e a visão permanecem	177

AO LEITOR

Os textos aqui reunidos sobrevivem ao tempo. Foram escritos entre 1989 e 2005, e publicados originalmente na revista **Ultimato**. Os capítulos 18 e 19 são adaptados do Seminário *A Fé Evangélica e a Crise Nacional*, ministrado pelo autor em outubro de 2005, em Brasília, DF, a convite do Centro Cristão de Estudo e Comunicarte, com gravação da Estação Um.

Os editores

APRESENTAÇÃO

QUANTO MAIS ESTUDO a história do envolvimento político cristão e a realidade global dos evangélicos na política contemporânea, mais convicto me torno de duas coisas.

Uma é a relação entre a atuação política evangélica e os outros aspectos da realidade eclesial, pois a longo prazo o envolvimento político sadio é imprescindível para a saúde da própria igreja, assim como para o bem da sociedade.

A outra é a importância do caso brasileiro, pois a comunidade evangélica brasileira é a segunda maior do mundo. Seu bom exemplo na política seria muito útil para contrabalançar o desastroso engajamento político da direita cristã nos Estados Unidos, que tem prejudicado o nome de “evangélico” no mundo inteiro (ver meu artigo *Evangélicos ajudam a reeleger Bush*¹, publicado na edição de janeiro-fevereiro de 2005 da revista *Ultimato*).

1. Para ler o artigo, acesse
<www.ultimato.com.br/?pg=revista&num_edicao=292>. (N.E.)

No entanto, na Europa muitas pessoas acreditam que o crescimento evangélico em vários países do Terceiro Mundo é tão perigoso para a política quanto o crescimento do fundamentalismo islâmico. Com todas as suas falhas, a política evangélica no Brasil desmente isso e aponta para outro futuro. O envolvimento político evangélico no Terceiro Mundo, em certo sentido “liderado” pelo Brasil, não é irmão gêmeo do radicalismo islâmico, nem cópia da direita cristã norte-americana. Ele vem escrevendo uma outra história, para a qual esperamos contribuir com este livro.

Paul Freston

Introdução

RELIGIÃO E POLÍTICA SE MISTURAM; IGREJA E ESTADO, NÃO

QUASE SEMPRE A imprensa e alguns políticos criticam a campanha de candidatos ou políticos evangélicos porque estes estariam “misturando religião e política” e ameaçando a separação entre Igreja e Estado. É verdade que as explicações dos candidatos nem sempre ajudam a esclarecer. Mas não devemos acompanhar a música do laicismo militante que deseja excluir Deus e a religião da praça pública.

Podemos não concordar com as políticas deste ou daquele candidato e até achar que sua conversão foi oportunista, mas não devemos combatê-lo de tal forma a deslegitimar a razão da nossa própria participação política. A política não deve ser meio de fortalecer uma religião em detrimento de outras, mas dizer que a religião em si nada tem a ver com a conduta da política é lógica e historicamente falso. Falar em “abuso” da religião é

seguir uma linha errada. A diferença entre “uso” e “abuso” é muito subjetiva. Um dia, o feitiço pode se virar contra o feiticeiro. Devemos, sim, protestar quando se diz que todos os evangélicos estão com tal candidato, mas não devemos atacar os outros por “abusar” da religião na política. Deixemos que cada um se utilize da religião como quiser — é melhor do que criar um ambiente em que ninguém pode falar sobre religião em praça pública.

O Ocidente aprendeu a duras penas, a custo de muito sangue, que religião e política têm de estar separadas, dizem os críticos, e certos candidatos estariam voltando a misturá-las. Em 2002, em resposta à imprensa, o ex-governador Anthony Garotinho declarou que era a favor do Estado secular, e, ao mesmo tempo, disse que não mistura religião com política. Essas duas afirmações não são equivalentes e retratam uma certa confusão. O Estado deve ser não-confessional. Foi justamente essa percepção por parte de alguns dos primeiros protestantes nos séculos 16 e 17 que deu início à separação entre Igreja e Estado. Com bases teológicas, eles perceberam que *a visão cristã do Estado é que o Estado não deve ser “cristão”*, no sentido de defender e promover uma determinada igreja ou religião. Este não é o papel de Estado nenhum na dispensação da graça. Entretanto, religião e política podem, sim, ser misturadas. Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Política confessional, sim; Estado confessional, não.

Isso implica reconhecer, entre outras coisas, que há diferença entre ser um legislador evangélico e ser um governante evangélico. Em torno dos candidatos e políticos evangélicos há líderes e membros de igrejas com uma expectativa “messiânica” de

que aquele candidato evangélico canalizará automaticamente as bênçãos de Deus sobre o Brasil, resolvendo todos os problemas que nos afligem. Esse messianismo é muito perigoso, para o país e para a Igreja. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, a última parte do homem a se converter não é o *bolso*, é o fascínio pelo poder.

É verdade que houve um avanço inegável no meio evangélico em relação ao envolvimento e à prática política. Ainda assim, nem sempre é possível recomendar os modelos de atuação política mais visíveis.

A atuação da Igreja Universal exemplifica um modelo possível de atuação política evangélica: o *modelo institucional*. A Igreja, como instituição, entra na política defendendo as suas propostas, as quais podem ser boas ou não. Muitas vezes, trata-se de mera defesa de seus interesses institucionais. Esse modelo apresenta graves problemas. A Igreja, como instituição, não deve se envolver na política dessa forma, pois, quando o faz, ela e os seus líderes se tornam vulneráveis a todas as contingências do mundo político. Assim, sua fala sobre a Bíblia, a fé e a salvação se contagia dessa mesma contingência. Se eu não posso acreditar naquilo que determinado pastor ou determinada igreja falam quando se trata de política, por que vou acreditar quando falam de outros assuntos? Logo, quem sai perdendo com esse modelo é a própria Igreja.

Outro modelo de atuação evangélica na política é o que podemos chamar de *modelo autogerado* ou auto-impulsionado. Um indivíduo evangélico que constrói uma projeção política, ou que já a possuía antes de se tornar evangélico, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele. Há muitos deputados estaduais e federais

evangélicos que se enquadram nesse modelo. O problema é que muitas vezes o candidato se apresenta como evangélico para fins de obter votos, mas depois de eleito não vê nenhuma necessidade de responder aos evangélicos que o elegeram. E nós ficamos a coçar a cabeça, nos perguntando: “Como é possível um evangélico que parecia tão bom acabar tão mal?” O modelo autogerado também tem graves limitações.

Contra os dois modelos mencionados, a solução é justamente o *modelo comunitário*. Não é um modelo institucional, corporativo, mas também não é um modelo individual, solto. O modelo comunitário acredita que os evangélicos devem se envolver politicamente não em nome de suas igrejas ou instituições, mas em grupos de pessoas que pensam politicamente de uma mesma forma, inspiradas pela sua compreensão da fé cristã. Trata-se de um projeto que inclui a abertura para o diálogo e para censuras proféticas. Assim, os que exercem mandatos políticos não ficam soltos, mas interagem e respondem a outras pessoas que podem, se necessário, até mesmo repreendê-los e aconselhar sua saída da política. Embora nenhum modelo ofereça garantias totais, o modelo comunitário de atuação política é o menos arriscado.

A fé cristã é, ao mesmo tempo, utópica e bastante realista. A solução para os problemas políticos é sempre política. A solução para a má política é a boa política, e para a má espiritualidade é a boa espiritualidade. Não precisamos fugir para outro campo, porque o Deus bíblico está em todas as áreas da vida humana.

A RELIGIÃO

1.

COMO NÃO TRANSFORMAR O MUNICÍPIO DE SANTA EVANGÉLICA DO NORTE NUMA ZÂMBIA

A CARTA A SEGUIR, que por acaso caiu nas minhas mãos, foi enviada ao prefeito recém-eleito de Santa Evangélica do Norte. O novo prefeito é evangélico, pertencente a um partido que nunca governou aquele município. Da mesma forma, lá nunca houve um prefeito evangélico, situação muito diferente da de Santa Evangélica do Sul, onde o prefeito, renomado cantor evangélico, está em seu segundo mandato. Primeiro foi eleito pelo Partido da Frente Liberal — PFL, transferindo-se logo para o Partido Progressista Brasileiro — PPB. Pouco depois estava no Partido Trabalhista Brasileiro — PTB e, em seguida, foi para o Partido de Reedificação da Ordem Nacional — Prona.

O autor da carta é pastor de uma igreja na capital do Estado.

Meu caro amigo e irmão,

Escrevo estas linhas logo após o meu retorno de Santa Evangélica do Norte, ainda sob o impacto dos últimos acontecimentos. Foi um privilégio estar presente na sua posse e no culto de ação de graças que a seguiu. Quando nos conhecemos, seis anos atrás, você era apenas um jovem militante sindical. Nunca imaginei que um dia fosse chegar a prefeito, e prefeito evangélico. Você, que era ateu e achava que evangélico era a pior coisa que já apareceu neste país! Levou tempo para superar essa idéia, não é? Mas, quando mudou, mudou para valer.

Sabe, quando você se converteu, eu, que estava longe, aqui na capital, tinha um certo receio. Temia que você abandonasse a política, renunciasse ao mandato de vereador e mergulhasse somente no trabalho da igreja. Estranho um pastor dizer que temia isso, não é? Mas eu temia, sim, porque você era claramente um vocacionado para a política, mas andava com um grupo de crentes avessos a tudo isso. Esse grupo foi bom para você em muitos aspectos, mas dizia que a única coisa que melhorava o mundo era Jesus no coração e que a política era perda de tempo. Não sabia que Jesus, que deve estar no coração de todos, é também o transformador da cultura.

Na época, você não tinha argumentos contra os deles, mas continuou a atividade política como que por costume. Vivia uma vida cindida: na igreja, era o supercrente; na política, era o

militante de sempre, com a nova identidade evangélica acrescentada, mas não integrada. Ficava uma coisa postiça. Era uma situação que não podia durar para sempre, e eu temia que se resolvesse com a sua saída da política.

Felizmente, meus temores não se concretizaram. Você ficou na política (e na igreja!). E cresceu nas duas. Agora que o evangelista da igreja virou prefeito da cidade, meu medo é outro. Você vai achar que nunca estou contente! Mas é assim: a política é importante, mas é sempre perigosa, porque mexe com o poder. Relacionar fé e política é como andar na corda bamba; nunca se pode relaxar e achar que já dominou a técnica.

Meu medo é outro porque nos últimos tempos você anda com evangélicos que não têm nenhuma rejeição à política. Pelo contrário, acham que são iluminados por Deus para consertar a política. Acham que os evangélicos têm o direito de governar, pelo simples fato de serem evangélicos. Que as promessas do Antigo Testamento a Israel se aplicam aos evangélicos hoje. Estão empolgadíssimos com a sua vitória porque acham que será o ungido de Deus para transformar Santa Evangélica do Norte em protótipo da Nova Jerusalém. Na cadeira de prefeito, você será canal para as bênçãos divinas. "Deus entregou esta cidade nas nossas mãos", um deles orou no culto de sua posse.

Então, meu medo agora não é que você rejeite a política, ou que continue sem integrar a política com a sua fé, mas que você integre fé e política sem tensões, de uma forma ingênua e triunfalista, se esquecendo que todos nós somos falhos e pecadores. Essa turma da teologia do domínio não

aprendeu bem a teologia, nem a história. Se os seus primeiros amigos evangélicos demonizavam toda e qualquer política, os seus novos amigos demonizam a política dos outros e divinizam a sua própria. Você precisa lembrar que a política é feita por homens e mulheres imperfeitos e pecadores, mesmo que sejam cristãos sinceros. É por isso que precisamos da transparência democrática, de pecadores vigiando outros pecadores, pois na política ninguém é digno de receber uma cartabranca para governar.

Esse pessoal faria bem em conhecer um pouco a experiência de dois países onde evangélicos com essa teologia se tornaram presidentes. Na Zâmbia, um evangélico chamado Frederick Chiluba ganhou a eleição para presidente em 1991. Todo mundo ficou contente, porque foi um dos primeiros países africanos a restaurar a democracia. Chiluba, como você, entrou na política por meio da militância sindical. O regime lá era de partido único, e Chiluba acabou na prisão. Lá, ele se converteu. Quando a democracia começou a ser restaurada, ele se tornou candidato da oposição a presidente. Ganhou folgado. Mas as expectativas que o povo tinha foram frustradas. Não demorou para Chiluba começar a imitar o antigo regime. Só não instituiu um partido único. Mas intimidou a oposição, mudou a constituição para seu maior adversário não poder concorrer na eleição seguinte, e agora está querendo mudar a constituição de novo para poder se reeleger pela segunda vez. Desrespeitou os direitos humanos, não cumpriu muitas promessas eleitorais, favoreceu o próprio grupo étnico dele e mergulhou na corrupção.

Bem, isso acontece em muitos lugares do mundo, mas Chiluba desmoralizou não apenas a si mesmo; desmoralizou também o cristianismo. Quando assumiu a presidência, ele fez três atos significativos. Primeiro, chamou um grupo de evangélicos para fazer uma cerimônia de purificação do palácio do governo, botando para fora os espíritos maus que ele associava ao governo anterior. Em segundo lugar, fez uma cerimônia de unção, inspirada na unção do rei Davi. E em terceiro lugar, fez uma cerimônia declarando a Zâmbia uma "nação cristã". Dizendo que "uma nação é abençoada quando entra num pacto com Deus", ele se arrependeu em nome do povo "de nossos maus caminhos de idolatria, feitiçaria, ocultismo, imoralidade, injustiça e corrupção":

Eu submeto o governo e a nação inteira ao senhorio de Jesus Cristo. Ainda declaro que a Zâmbia é uma nação cristã que procurará ser governada pelos justos princípios da Palavra de Deus. A retidão e a justiça devem prevalecer em todos os níveis de governo, e aí veremos a justiça de Deus exaltando a Zâmbia.

Parece que Chiluba fez essas coisas influenciado por uma teologia na qual tais atos simbólicos trazem benefícios quase automáticos. Ele disse que a Zâmbia entrou num pacto com Deus e por isso ele está abençoando a nação de tal forma que "vamos deixar de ser um país devedor e nos tornar um país credor".

A reação dos líderes eclesiásticos foi variada. Alguns disseram que a declaração de uma "nação cristã" foi um erro, porque não tinha havido um debate democrático a respeito, criaria cidadãos

de segunda classe, incentivaria a hipocrisia e traria descrédito sobre o cristianismo. A Zâmbia se tornaria realmente uma nação cristã, disseram, quando cristãos vivessem plenamente a sua fé, e não por meio de uma declaração.

Outros líderes evangélicos, porém, ficaram empolgados. Não precisava de debate democrático, disseram, porque o que é bíblico não precisa ser submetido a procedimentos democráticos! Achavam que, já que era "nação cristã", pastores deveriam ter posições no governo, o governo deveria dar terrenos para as igrejas construírem e a construção de mesquitas muçulmanas deveria ser proibida. Alguns queriam um Ministério de Assuntos Evangélicos, cadeiras cativas no parlamento e acesso ilimitado ao palácio presidencial.

Mas, depois de um tempo, mesmo alguns dos adeptos mais fervorosos do presidente começaram a ficar desgostosos. Chiluba convidava pessoalmente alguns evangelistas famosos a fazerem cruzadas evangelísticas no país. O próprio Chiluba falava nessas cruzadas também. Mas, quando ele tentou convidá-los de novo, muitos líderes evangélicos se recusaram a apoiar, dizendo que as igrejas, e não o governo, é que deveriam fazer os convites. Você vê que um governo "evangélico" acaba dividindo os próprios evangélicos, porque não há concordância sobre o que é tarefa do governo e o que é tarefa das igrejas. E porque não há dinheiro, favores e cargos suficientes para todos!

O maior evangelista da Zâmbia era grande defensor de Chiluba. Mas, depois de certo momento, ele se desvinculou e virou um dos maiores

opositores. Fundou um partido e quer se candidatar a presidente, dizendo que "não se deve entregar o país a incrédulos". Diz que a Zâmbia não é uma nação cristã porque os líderes não vivem segundo as normas do cristianismo. Segundo ele, Chiluba não deveria ter declarado o país uma "nação cristã" até que todos os membros do governo fossem nascidos de novo. O país não precisa de alguém com muita competência e conhecimento para mudar a economia; precisa apenas de alguém com moral e integridade. Alega que Chiluba só mantém o apoio de alguns líderes cristãos porque distribui dinheiro do governo para eles e porque ameaça retirar os passaportes diplomáticos que os principais pastores têm, se criticarem o governo.

Percebe como as coisas ficam embaralhadas? Aconteceram coisas parecidas na Guatemala, o país com maior porcentagem de evangélicos na América Latina. Lá, já houve dois presidentes evangélicos. O primeiro era um general extremamente repressivo, que enquanto presidente aparecia na televisão todo domingo para pregar para o povo. Hoje ele diz que, para ele, não havia diferença entre ser chefe de estado e ser ancião de sua igreja: "Como presidente, eu apenas ministrava a uma congregação maior"! Ele via a nação como uma megaigreja e o chefe de estado, como um mestre de verdades espirituais. O segundo presidente evangélico era líder leigo de uma grande igreja. Na época de sua campanha para presidente, ele dirigia também uma campanha de batalha espiritual chamada "Jesus é Senhor da Guatemala". Era uma campanha para livrar o país de uma suposta maldição colocada sobre ele três mil anos antes por

causa de religiões pré-cristãs. Como era de uma igreja de elite, os membros alugavam aviões para expulsar os demônios da região que sobrevoavam. Como presidente, ele foi um desastre: não aprofundou a democracia, deu continuidade às velhas práticas de compra de votos e foi corrupto. Aí, tentou um golpe, fechando o congresso e suspendendo a constituição. Não deu certo, e ele teve de fugir para o exílio.

Cuidado, então, com esse triunfalismo político evangélico. Cuidado com os evangélicos que se acham capazes de governar! Temos de entender a diferença entre o Antigo e o Novo Testamentos. Nenhum país hoje está na posição de Israel no Antigo Testamento. Nenhum grupo pode reclamar um direito divino de governar. Esse pessoal que diz que os evangélicos devem governar nunca promove debates dentro da comunidade evangélica. Como estabelecer um projeto comum? Quais evangélicos estarão no poder? Isso eles nunca discutem.

A nossa política pode ser confessional (inspirada pela nossa fé), mas não devemos querer um Estado confessional. Não é bom que o Estado se torne juiz de doutrinas e práticas religiosas. Você também, como prefeito, terá de entender a diferença entre ser um legislador evangélico e um governante evangélico. São papéis diferentes, com implicações diferentes para sua responsabilidade cristã. Como bom governante cristão, você precisará ser neutro entre todas as religiões (inclusive aquelas de que não gostamos), e entre religiosos e ateus. Você precisará perceber, também, a fronteira entre as tarefas de um governante e as de um cidadão evangélico comum.

Chiluba, promovendo cruzadas enquanto presidente, se complicou nesse ponto.

Mais uma coisa para terminar: você se lembra daqueles pastores que o atacaram durante a campanha, dizendo que você era candidato do diabo? Pois bem, logo você vai perceber que esses mesmos pastores estão querendo se aproximar de você, tratando-o com (aparentemente) o maior respeito. Sabe por quê? Porque agora você não é mais candidato, mas "autoridade instituída por Deus". Vão cortejá-lo porque têm uma teologia que quase diviniza o poder; e porque querem estar próximos do prefeito, seja quem for, para não perder vantagens. Mas fique sabendo que, do mesmo jeito que o abraçam agora, podem esfaqueá-lo pelas costas depois. Estou falando, é claro, dos piores entre eles. É possível que alguns outros passem realmente por uma mudança de visão, principalmente se você fizer um bom governo. O importante é você tratar todo mundo igual, mas não acreditar em tudo que ouve. Às vezes se brinca no meio evangélico que a última coisa que se converte é o bolso. Mas não é; é o fascínio pelo poder.

Você agora é prefeito, é "autoridade". Mas para mim você continua a ser uma pessoa de pouco tempo na fé, que precisa de discipulado. Tomara que quando deixar a prefeitura você esteja mais maduro na fé do que estava quando entrou. E que Santa Evangélica do Norte seja um pouco melhor também!

Um grande abraço fraterno.